

Lei nº 906/97

DISCIPLINA A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PERMANECE A CONTAGEM PARA EFEITO DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANÇÃO A PRESENTE LEI:

Art. 1º - A GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO SERÁ CONCEDIDA AO SERVIDOR POR QUINQUÊNIO DE EFETIVO EXERCÍCIO PRESTADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, NÃO SENDO COMPUTADO PARA ESTE EFEITO, O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL, ASSIM COMO O DA INICIATIVA PRIVADA. TAMBÉM NÃO SERÁ COMPUTADO PARA EFEITO O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Art. 2º - O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, DE QUE TRATA O ARTIGO 1º, SERÁ COMPUTADO INTEGRALMENTE PARA OS EFEITOS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.

§ 1º - CONTAR-SE-Á PARA EFEITO DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO JUNTO À INICIATIVA PRIVADA, VINCULADA À PREVIDÊNCIA SOCIAL DESDE QUE EFETIVAMENTE COMPROVADA COM CERTIDÃO DO INSS E AUERBADA NO MUNICÍPIO.

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 906/97.

Art. 3º - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

Art. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SANTA LEOPOLDINA, 14 DE OUTUBRO DE 1997.

Helio
HELIO DO NASCIMENTO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL